

IONILTON PEREIRA DO VALE

Promotor de Justiça

Professor de Direito Penal e Processo Penal

Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Lisboa

O TRIBUNAL DO JÚRI NO DIREITO BRASILEIRO E COMPARADO

Sergio Antonio Fabris
Porto Alegre / 2014

© Ionilton Pereira do Vale

CATALOGAÇÃO NA FONTE

VI49t Vale, Ionilton Pereira do
O tribunal do júri no direito brasileiro e comparado /
Ionilton Pereira do Vale. – Porto Alegre : Sergio
Antonio Fabris Ed., 2014.
435 p. ; 15,5 x 22 cm.
ISBN 978-857525-618-3
1. Tribunal do Júri. 2. Tribunal do Júri : Direito
Comparado. 3. Júri : História. I. Título.
CDU – 343.195

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte:

PENA – Composição e Arte
Fone: (51) 3434-2641
CNPJ 94618667/0001-04
Porto Alegre

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, à
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR
Rua Riachuelo, 1238
CEP 90010-273
Fone: (51) 3227-5435 (Geral)
email: fabriseditor@terra.com.br
www.fabriseditor.com.br
Porto Alegre - RS

SUMÁRIO

CAPITULO 1. OS SISTEMAS DE TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E NO MUNDO	13
1. O Tribunal do Júri, suas origens e um breve histórico: análise dos motivos subjacentes de sua historicidade e sua relevância para compreensão do tema.....	13
1.1. Conselho de Anciões na Lei Mosaica	15
1.2. O Tribunal do Júri na Grécia.....	17
1.3. O Tribunal do Júri em Roma.....	21
1.4. O Tribunal do Júri na Inglaterra.....	23
1.5. O Tribunal do Júri na França	28
2. A gênese do Tribunal do Júri na Inglaterra: o Tribunal do Júri “puro”	31
2.1. O surgimento do <i>stare decisis</i>	33
2.2. O surgimento da Magna Carta	34
2.3. O <i>Petition of Right</i> de 1628.....	37
2.4. O <i>Habeas Corpus Act</i> de 1652.....	38
2.5. A <i>Common Law</i> como forma de exercício da jurisdição na Inglaterra.....	41
2.6. Estatísticas judiciais referentes ao Tribunal do Júri na Inglaterra	46
2.7. Características do sistema britânico do Tribunal do Júri e do <i>adversary system</i>	53
3. O Tribunal do Júri nos Estados Unidos da América.....	54
3.1. O Direito americano e o problema da federação	57
3.2. O Tribunal do Júri Americano	60

3.3. O <i>Grand Jury</i> e o <i>Petty Jury</i> : competência e Delimitações	65
3.4. O sistema adversarial (adversarial system) americano: principais características	68
4. A ruptura com o sistema de júri: o escabinado	70
4.1. Modelos de sistemas de Tribunal do Júri	71
4.2. O escabinado na França como paradigma e ruptura com o Tribunal do Júri do sistema “puro”	71
4.2.1. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão....	73
4.2.2. Principais delineamentos do Tribunal do Júri Francês .	76
4.2.3. O Processo Penal Francês, relativo à <i>Cours d’assises</i> e suas garantias.....	83
4.3. O escabinado em Portugal: o modelo processual penal português e sua incompatibilidade com o sistema “puro” de Tribunal do Júri	86
4.3.1. Primícias do Tribunal do Júri em Portugal	86
4.3.2. Crítica e revisão do Tribunal do Júri em Portugal	93
4.3.3. Tribunal do Júri e a Constituição Portuguesa	98
4.3.4. O Tribunal do Júri e sua importância prática no Direito Português.....	99
4.3.5. Composição do Tribunal do Júri em Portugal	101
4.3.6. Legitimidade e competência do Júri português	103
4.3.7. Facultatividade da Intervenção no Tribunal do Júri em Portugal.....	109
4.3.8. Casos rumorosos julgados pelo Tribunal do Júri Português	115
5. O escabinado na Itália.....	118
5.1. Procedimento investigativo italiano	118
5.2. O Tribunal do Júri na Itália	120
5.3. Competência da <i>Corte di Assise</i>	122
5.4. Composição da <i>Corte di Assise</i> italiana	123
5.5. A nomeação dos <i>juízes leigos</i> na <i>Corte di Assise</i> italiana.	125
5.6. Garantias e direitos inerentes ao sistema italiano	126
6. O escabinado na Alemanha.....	129
6.1. Breve histórico do Tribunal do Júri na Alemanha	129
6.2. O procedimento processual penal na Alemanha.....	131
6.3. A fase investigativa no Direito Alemão	132
6.4. Modelos processuais na Alemanha	134
6.5. Os modelos de Tribunal de Júri na Alemanha.....	136

6.6. A função do escabinado na Alemanha: Composição e Competência	136
6.7. Análise crítica da participação popular na justiça na Alemanha.....	139
7. O modelo de escabinado na Bélgica	144
7.1. O Sistema jurídico da Bélgica.....	145
7.2. A Competência da <i>Cour d'assise</i> Belga	147
7.3. Procedimento do Tribunal do Júri na Bélgica	150
7.4. Debates e encerramento	153
7.5. O Tribunal do Júri e o sistema do convencimento moral do jurado.....	156
8. O sistema misto de Tribunal do Júri: o assessorado	157
CAPITULO 2. O TRIBUNAL DO JÚRI E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS .	159
2.1. O direito fundamental ao Tribunal do Júri: afirmação histórica do tema e desconstrução crítica diante da teoria dos direitos fundamentais	159
2.2. As Dimensões de Direitos Fundamentais.....	164
2.3.O direito ao Tribunal do Júri na Constituição Americana	165
3. O Tribunal do Júri enquanto direito fundamental no Brasil	169
3.1.O Direito fundamental ao Tribunal do júri no Brasil: aspectos formais e implícitos	170
3.2. O Tribunal do Júri no Brasil; Cláusula pétrea e garantia de primeiro grau	171
3.3. Cláusula pétrea e mutabilidade social	174
3.4. Direitos fundamentais, organização e procedimento	177
4. O Tribunal do Júri na Espanha: o direito à participação popular na administração da justiça	179
4.1. Sistema adotado na Espanha: Jurado puro ou escabinado? .	184
4.2. A competência do Tribunal do Júri na Espanha	185
4.3. Os direitos fundamentais da pessoa detida no ordenamento jurídico espanhol	187
CAPITULO 3. PREMISSAS DE JUSTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	195
3.1. A teoria democrática: a função legitimadora da democracia .	195
3.2. A teoria pluralista da democracia.....	197
3.3. Outras teorias acerca da democracia	199
3.4. A teoria discursiva procedimentalista de Habermas.....	202

3.5. Democracia e regime de governo.....	208
3.6. A democracia como instituto falível e passível de críticas ..	210
3.7. Tribunal do Júri, democracia e legitimidade	212
CAPITULO 4. A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A CIDADANIA E	
O TRIBUNAL DO JÚRI: FORMAS DE LEGITIMAÇÃO E	
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	
4.1. Primicias da Democracia participativa	215
4.2. Teorias e conceitos acerca da democracia	220
4.3. Princípios fundamentais da democracia	222
4.4. Democracia política e Tribunal do Júri	223
4.5. O princípio da igualdade e o Tribunal do Júri	226
4.6. O Tribunal do Júri e a Democracia Participativa.....	235
4.7. Tribunal do Júri e separação de poderes.....	238
4.8. O Tribunal do Júri como instituição política	239
4.9. O Tribunal do Júri e os regimes totalitários	245
CAPITULO 5. DEMOCRACIA, ESTADO DE DIREITO E O TRIBUNAL	
DO JÚRI	
5.1 A democracia como afirmação do Estado de Direito	249
5.2. Estado de Direito e consecução dos Direitos Fundamentais	252
5.3. Estado de Direito e Soberania Popular	259
5.4. Estado Democrático de Direito e Direito à vida e á	
integridade física	263
CAPITULO 6. A CIDADANIA E O EXERCÍCIO DO PODER POLITICO ...	
6.1. Cidadania: conceito e limites	269
6.2. A moderna concepção liberal de cidadania	275
6.3. Acepções e distinções da palavra cidadania	276
6.4. Ressurgimento da cidadania moderna	279
6.5. Cidadania e nacionalidade	285
6.6. O Tribunal do Júri como exercício legítimo do poder	290
CAPITULO 7. O TRIBUNAL DO JÚRI E O SISTEMA SOCIAL.....	
7.1. Direito e legitimidade	299
7.2. A autonomia do sistema jurídico.....	302
7.3. Tomada de decisões e repercussão no sistema social	303
7.4. Jurado, meio social e comunicação das circunstâncias	
objetivas do crime.....	303

7.5. O papel da opinião pública no julgamento dos jurados	307
7.6. A Judicialização da opinião pública.....	308
7.7. Opinião pública, pressão social e julgamento do Tribunal do Júri.....	309
CAPITULO 8. O DECLÍNIO DA SOBERANIA DO TRIBUNAL DO JÚRI..	313
8.1. O princípio democrático e a soberania dos veredictos.....	313
8.2. Acepções da palavra soberania	314
8.3. Soberania e poder político	317
8.4. Soberania e Poder Constituinte	321
8.5. Limites da soberania.....	323
8.6. Democracia e soberania popular	325
8.7. A soberania dos veredictos do direito brasileiro.....	328
8.8. A soberania dos veredictos no direito português.....	330
8.9. A soberania do júri no direito inglês	330
8.9.1. A soberania dos veredictos nos Estados Unidos.....	332
8.9.2. A soberania dos veredictos no Tribunal do Júri espanhol.....	334
8.9.3. A soberania dos veredictos no Tribunal do júri francês.	337
8.9.4. A soberania dos veredictos no Tribunal do Júri italiano.....	341
CAPITULO 9. A ORGANIZAÇÃO, RECRUTAMENTO E ESCOLHA DOS JURADOS NO DIREITO BRASILEIRO E COMPARADO	343
9.1. O alistamento dos Jurados nas sociedades democráticas: Organização e composição do Júri.....	343
9.2. Modelos de seleção dos jurados.....	344
9.3. O recrutamento e a escolha dos jurados nos Estados Unidos.	349
9.3.1. A escolha científica dos jurados no Tribunal do Júri americano: <i>a voir dire</i>	357
9.4. A escolha dos jurados na Inglaterra	365
9.5. A escolha dos jurados no sistema espanhol.....	371
9.5.1. Alistamento e sorteio dos jurados no Direito espanhol..	372
9.5.2. Entrevista com os jurados no Direito espanhol	375
10. A escolha dos jurados no sistema francês	377
10.1. Requisitos objetivos para o exercício do cargo de jurado na França	378

10.1.1. Da lista preparatória anual:sorteio e escolha dos jurados na França	378
10.1.2. Numero de jurados constantes da lista	379
10.1.3. Da lista preliminar	379
10.1.4. A escolha dos jurados em Portugal	381
10.1.5. Seleção de jurados em Portugal	385
10.1.6. Requisitos para o exercício da função de jurado	385
10.1.7. O processo de recrutamento dos jurados no Brasil	388
10.1.8. Do alistamento dos jurados no Brasil	390
11. Composição e legitimidade do Tribunal do Júri brasileiro	393
11.1. Recusa ao serviço do júri e prestação social alternativa	393
12. O alistamento dos jurados e o perfil do jurado: estatísticas e comparações	397
Bibliografia	409